

EDITORIAL

O novo edifício da Biblioteca Nacional de Lisboa

A história da Biblioteca Nacional de Lisboa vai entrar em novo período, agora que ela vai ser transferida do velho casarão do convento de São Francisco para o novo edifício do Campo Grande.

O período primitivo — o que está a terminar — teve o seu historiador em Raul Proença que, no ano de 1920, publicou A Biblioteca Nacional (Breves noções históricas e descritivas), estudo que se pode considerar definitivo.

A história da velha casa prosseguiu com vicissitudes de todos os tipos, e ela está hoje à beira de dar um passo decisivo na sua vida e da própria vida nacional. Vai passar para um edifício moderno funcional (e não nos esqueçamos que ele está já erguido há uns seis ou sete anos à espera de ser ocupado...). Gastaram-se ali milhares de contos e muitos outros se vão ainda gastar. Ainda bem, pois é sinal de que uma biblioteca nacional significa para o País um notável instrumento de progresso, de trabalho útil.

Mas duas questões assumem aos nossos olhos proporções extraordinárias, decisivas para o futuro da instituição. São elas:

1 — Os quadros de pessoal e as dotações orçamentais;

2 — O julgar-se que uma biblioteca nacional pode ser integrada numa universidade.

Vejamos muito sumariamente estas duas questões que são de transcendente importância no preciso momento em que se está a proceder à transferência da biblioteca, verdadeiro acontecimento nacional, conforme os periódicos têm largamente relatado.

Cadernos já hão debatido o primeiro problema e uma só solução se vê: aumentar os quadros de funcionários, pois doutra maneira as secções mais importantes do novo edifício terão de ficar encerradas. Se se abrir com pouco pessoal, então já se sabe o que vai suceder: as secções estão antecipadamente votadas às falências, dada a carência de funcionários.

Aliás há já um exemplo bem frisante entre nós, que foi o da Biblioteca Geral da Universidade que só abriu as suas portas ao público após ter sido dotada do quadro de pessoal julgado suficiente, como sucedeu com a publicação do decreto-lei n.º 43 820, de 24 de Julho de 1961.

Além disso, uma Biblioteca Nacional tem, por definição, de possuir um escol de técnicos à altura de poder fornecer ao País os elementos informativos mais capazes e perfeitos. Assim, não se deve contar com o recrutamento de meros licenciados, sem formação técnica e profissional, para um cabal desempenho de funções tão delicadas e específicas como são as de uma instituição deste género. Não se vai pedir ao simples licenciado em Medicina para fazer uma intervenção de alta neuro-cirurgia...

Ora a profissão de bibliotecário requer aturado treino e estudo, não se coaduna com improvisações, ao contrário do que alguns ainda teimosamente persistem em julgar.

Mas para que aos quadros técnicos acorram os mais capazes e idóneos é necessário obter-se aquilo que é a pedra angular de toda esta longa questão: a dos bibliotecários e arquivistas serem equiparados aos restantes técnicos do Estado! Encontrem-se as soluções que quiserem, forjem-se os expedientes mais requintados, mas de um ponto não se pode fugir — o da tal equiparação. Enquanto esta não for adoptada, não se resolve a questão.

O segundo ponto — e aliás gravíssimo — é o de haver uma corrente forte e poderosa que pensa que a Biblioteca Nacional de Lisboa devia ser integrada na universidade. Pensar-se tal, sob pretexto de que a Biblioteca Nacional não tem tido quadros nem disponibilidades orçamentais para desempenhar as funções específicas de uma biblioteca desse tipo, é confundir tudo. Ou melhor: é querer trazer para cima da universidade mais uma série de problemas de que a universidade tem andado afastada — Depósito Legal, Trocas Internacionais, Catálogo Colectivo, Informação Bibliográfica, etc., etc.

Não chegam já os problemas que as bibliotecas universitárias têm — desde a falta de pessoal de rotina ao da insuficiência de verbas, passando pelo das fichas feitas à mão (isto na segunda metade do séc. XX!) — para pensar em ir ainda buscar outros — e de que monta?

Todos nós temos os olhos postos no novo edifício da Biblioteca Nacional, pois esperamos que agora se possam resolver tantas questões que andam em suspenso. Mas também sabemos que se não lhe forem dados os meios materiais de realização, ela falhará. Tais meios resumem-se: a melhoria económica da situação dos técnicos e a maiores dotações orçamentais.

Quanto à possibilidade de integração na universidade, esperemos que o bom senso prevaleça e que seja a própria universidade a não querer que lhe atirem para cima mais uma carga, aliás bem pesada e difícil de manusear...

Parece-nos pois, que a concluir, nada melhor do que a transcrição do editorial de 30 de Janeiro de 1965 do conceituado Diário de Notícias, que tanta influência tem na opinião pública. Diz o grande jornal: «A Biblioteca Nacional, a antiga Biblioteca Pública de Lisboa, não tem que estar, não deve estar, nem mesmo topograficamente, ligada à Universidade. Supõe-se que uma Universidade tenha a sua biblioteca própria».

E esta opinião deve fazer lei, pois corresponde ao sentimento do País e é a opinião idónea dos técnicos abalizados.